



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000122558

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0043922-16.2007.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que são apelantes ALEXSANDRA SOUZA SANTANA (JUSTIÇA GRATUITA), GIZELE SOUZA DE MORAIS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), YASMIN SOUZA DE MORAIS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), YUSILKE SOUZA DE MORAIS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), YNGRID SOUZA DE MORAIS (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e YGOR SOUZA DE MORAES (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) sendo apelados MARIA OLGA DOS SANTOS, JORGE HENRIQUE DA SILVA MARQUES e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente sem voto), MELO BUENO E MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO.

São Paulo, 26 de março de 2012.

Clóvis Castelo
RELATOR
Assinatura Eletrônica

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0043922-16.2007.8.26.0562

COMARCA: SANTOS – 5ª VARA CÍVEL

APELANTES: ALEXSANDRA SOUZA SANTANA E OUTROS

APELADOS: MARIA OLGA DOS SANTOS;

JORGE HENRIQUE DA SILVA MARQUES

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Ementa:

ACIDENTE DE TRÂNSITO – AUTOMÓVEL –
CONVERSÃO À ESQUERDA – CULPABILIDADE NÃO
DEMONSTRADA - SENTENÇA MANTIDA. Não restando
demonstrado a contento a culpabilidade do condutor do
automóvel ao efetuar uma conversão à esquerda em via
pública, a improcedência da lide é de rigor. Recurso não
provido.

V O T O Nº 20668

Relatório.

Apelação interposta contra sentença que julgou improcedente ação de indenização de acidente de trânsito (01/06/07), envolvendo o auto Fiat/Pálio, placas DKV 8520, conduzido por Jorge Henrique e a motocicleta, marca Suzuki, placas DPT 3609, pilotada pela vítima Dejair Ferreira de Moraes, uma vez que não ficou demonstrada a culpabilidade do condutor do automóvel ao efetuar uma conversão à esquerda no cruzamento das Ruas Francisco Di Domênico e Walter Belian.

Inconformados, pleiteiam os acionantes a reforma da decisão monocrática, argumentando que os veículos trafegavam em sua mão de direção pela Rua Francisco Di Domênico, porém o motorista do auto não percebeu que a moto trafegava em sentido contrário e efetuou a conversão à

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0043922-16.2007.8.26.0562

esquerda, impedindo a trajetória desta, sem observar as regras do artigo 38, II do CTB, causando o acidente, que resultou na morte do marido e pai dos autores. A litisdenunciada ofertou contrarrazões (fls. 326), sobrevivendo manifestação da d. Procuradoria Geral de Justiça pelo provimento do recurso e procedência da ação, uma vez que o motociclista trafegava em sua correta mão de direção com preferência de passagem, não dando causa ao acidente (fls. 344).

Fundamentos.

Incontroverso nos autos o acidente narrado na prefacial, consoante boletim de ocorrência convertido em inquérito policial, instaurado para apurar responsabilidade por homicídio culposo, que restou arquivado a requerimento do MP, ante a precariedade de provas da culpabilidade do motorista do automóvel. O laudo de exame de corpo de delito (fls. 92) foi ilustrado com fotografias e planilha (fls. 96), esclarecendo que a Rua Francisco Di Domênico constitui por uma única pista de rolamento, com duas faixas de circulação separadas por linha de divisão, esclarecendo a dinâmica do acidente, onde o motorista do auto iniciou a manobra de conversão à esquerda, quando a motocicleta que transitava pela mesma rua colidiu com a porção dianteira direita do automóvel.

A lide deve ser apreciada à luz do artigo 38 do CTB: “Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá: II – ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido. Parágrafo único: Durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitem em sentido contrário pela

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0043922-16.2007.8.26.0562

pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem”.

Não mencionando o laudo de exame de local a existência de placas sinalizadoras, presume-se autorizada a conversão à esquerda, que permitiu ao motorista do automóvel realizar a manobra de mudança de direção para adentrar a Rua Walter Belain (fls. 96), porém como o motociclista trafegava em sentido contrário pela Rua Francisco Di Domênico, tinha preferência de passagem (parágrafo único do artigo 38 do CTB), posto que o condutor durante a manobra deve ceder passagens aos veículos que transitem em sentido contrário.

Apesar de o motociclista pilotar sem habilitação legal e conduzir a moto usando vestuário inadequado (chinelos), em tese, possuía preferência de passagem, uma vez que trafegava em sentido contrário, porém conforme relatado pelo motorista do automóvel e ratificado pela única testemunha ouvida em juízo, ao chegar ao cruzamento, o condutor sinalizou e iniciou a conversão à esquerda, com diligência habitual para todos os motoristas, motivo pelo qual outra conduta não poderia dele ser exigida, posto que não se aplica a presunção de culpabilidade, admitida pela jurisprudência em algumas situações, como a do motorista que colide contra a traseira do que lhe vai à frente, ou invade a contramão de direção ou via preferencial, ou, ainda, assume o volante em estado de embriaguez.

No caso em testilha, esta presunção não se adequa ao caso presente, uma vez que era permitida a manobra de conversão à esquerda para o motorista do veículo, que como anotado pela testemunha presencial, o motorista do auto, antes de efetuar a manobra, deu sinal de seta e adentrou em local permitido, assim, não se pode exigir conduta diversa do



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0043922-16.2007.8.26.0562

condutor do automóvel.

Apesar de não ter notado a velocidade da motocicleta, a testemunha confirmou o ponto exato da colisão (mais ou menos no meio da pista), assim, certamente o motociclista estava em velocidade incompatível, pois apesar de estar com capacete, acabou falecendo em razão do sinistro.

Não restando demonstrado a contento a culpabilidade do corréu e condutor do automóvel, a improcedência da lide é de ser mantida, como bem decidiu a sentença hostilizada.

Dispositivo.

Ante o exposto, **nega-se provimento ao apelo.**

DES. CLÓVIS CASTELO

Relator

Assinatura eletrônica